

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS			CÓDIGO DA FICHA					
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO			SE	01	03	12	F10	01
SÍTIO			UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		Baixo São Francisco sergipano
OUTRAS DENOMINAÇÕES		---
ESTADO		Sergipe
MUNICÍPIO		Brejo Grande; Ilha das Flores; Neópolis; Santana do São Francisco; Canhoba; Nossa Senhora de Lourdes; Amparo do São Francisco; Propriá; Telha; Canindé de São Francisco; Gararu; Poço Redondo e Porto da Folha/SE.
DISTRITO OU SUBDISTRITO		Brejo Grande: Sede; Saramém; Cabeço; Brejão dos Negros / Ilha das Flores: Sede; Serrão; Jenipapo; Bongue / Neópolis: Sede; Betume; Pindoba; Mussuípe; Mundé da Onça; Passagem / Santana do São Francisco: Sede; Saúde / Amparo do São Francisco: Sede; Crioulo / Canhoba: Sede; Borda da Mata; Caraíbas; Nossa Senhora de Lourdes: Sede; Escurial; Baro Vermelho / Propriá: Sede e povoados / Telha: Sede e povoados / Canindé de São Francisco: Sede; Curitiba; Capim Grosso; Novo Canindé; Piranhas / Gararu: Sede; Oiteros; São Mateus; Geripatuba; Lagoa Primeira; Tabanga; João Pereira; Monte Alegre / Poço Redondo: Sede; Curralinho; Serra da Guia; Bonsucesso; Poço de Cima / Porto da Folha: Sede; Ilha de São Pedro; Mocambo; Lagoa da Volta; Lagoa do Rancho; Ilha do Ouro;
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Foz do São Francisco (Neópolis; Brejo Grande; Ilha das Flores; Santana do São Francisco). Antigo Urubu de Baixo (Propriá; Telha; Amparo do São Francisco; Canhoba; Nossa Senhora de Lourdes). Alto Sertão Sergipano (Porto da Folha; Gararu; Poço Redondo; Canindé de São Francisco).
	NO ENTORNO	---

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**SE****01****03****12****F10****01****2. FOTOS****OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.**

Foto 01: Adro da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Sede de Brejo Grande.

Fonte: Padre Adauto, 2012.



Foto 02: Lavadeiras e embarcações vernáculas, Sede, Brejo Grande.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.



Foto 03: Orla e Paisagem do Rio São Francisco, Ilha das Flores.

Fonte: Carlos Costa, 2012.



Foto 04: Igreja Matriz de Santo Antônio, Neópolis.

Fonte: Vanessa Vasconcelos, fevereiro de 2012.



Foto 05: Embarcações na Orla, Neópolis.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.



Foto 06: Prainha, Povoado Saúde, Santana do São Francisco.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**SE****01****03****12****F10****01****Foto 07:** Praia do Povoado Crioulo, Amparo do São Francisco.

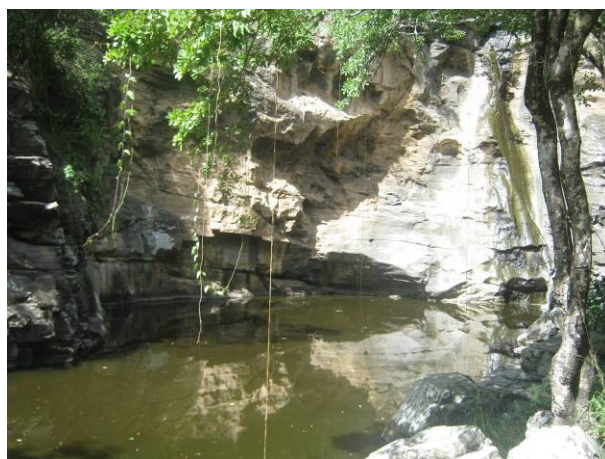
Fonte: Eder Souza, junho de 2012.

**Foto 08:** Praia de Amparo, Amparo do São Francisco.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.

**Foto 09:** Praia do Povoado Borda da Mata.

Fonte: Eder Souza, junho de 2012.

**Foto 10:** Cachoeira Poção de Pedras, Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: Eder Souza, junho de 2012.

**Foto 11:** Catedral Diocesana, Propriá.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.

**Foto 12:** Igreja do Rosário e vista pro Rio São Francisco, Propriá.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**SE****01****03****12****F10****01****Foto 13:** Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Telha.

Fonte: Eder Souza, junho de 2012.

**Foto 14:** Igreja em ruína, Telha.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.

**Foto 15:** Vista Distrito Sede, Gararu.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

**Foto 16:** Currais de Pedra do Povoado Oitero, Gararu.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

**Foto 17:** Rua de Cima, Porto da Folha.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

**Foto 18:** Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Porto da Folha.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**SE****01****03****12****F10****01****Foto 19:** Povoado de Curralinho, Poço Redondo.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

**Foto 20:** Feira em Poço Redondo.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

**Foto 21:** Represa Xingó, Canindé de São Francisco.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

**Foto 22:** Prainha Xingó, Canindé de São Francisco.

Fonte: Maria Cecília, 2012.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS**OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS.****SÍNTESE**

As referências culturais desse sítio são marcadas pela relação com seus dois elementos naturais mais característicos: o rio São Francisco (sobretudo na sua porção sudeste) e a caatinga (característica da sua porção noroeste). Os Lugares e Edificações, os Ofícios e Modos de Fazer e muitas das Formas de Expressão inventariadas estão mais estreitamente articuladas ao rio nas localidades que denominamos de Foz do São Francisco/SE e de Antigo Urubu de Baixo. Nessa segunda localidade, começam a aparecer bens também ligados ao que se pode chamar de cultura sertaneja, conectada ao bioma da caatinga. A terceira localidade identificada no sítio apresenta esses elementos de forma mais elaborada, daí sua denominação de Alto Sertão Sergipano. Nessa última, por sua vez, observa-se uma menor ligação com o rio São Francisco, em comparação com as outras duas localidades. Quanto às Celebrações, elas são marcadas, sobretudo, pelo calendário religioso (principalmente local) e pelas festas populares (carnaval, festas juninas), o que não exclui uma série de outras celebrações próprias dos diversos lugares visitados.

Na Localidade Foz do São Francisco/SE, e que inclui os municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis e Santana do São Francisco, foram inventariados 86 bens agrupados em 51 fichas, sendo onze fichas nas categorias de Celebrações, dezoito Formas de Expressão, dez Lugares, cinco Edificações e sete Ofícios e Modos de Fazer. Já na

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	SE	01	03	12	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

Localidade Antigo Urubu de Baixo, que engloba os municípios de Canhoba, Nossa Senhora de Lourdes, Amparo do São Francisco, Propriá e Telha, foram inventariados 84 bens agrupados em 64 fichas, sendo nove fichas nas categorias de Celebrações, vinte e oito Formas de Expressão, cinco Lugares, dez Edificações e doze Ofícios e Modos de Fazer. Por fim, na terceira localidade, denominada Alto Sertão Sergipano e composta pelos municípios de Canindé de São Francisco, Gararu, Poço Redondo e Porto da Folha, foram inventariados 162 bens agrupados em 99 fichas, sendo vinte e três fichas nas categorias de Celebrações, vinte e quatro Formas de Expressão, dezenove Lugares, treze Edificações e vinte Ofícios e Modos de Fazer. Em cada Localidade, muitos desses bens se repetem com pequenas modificações nos seus diversos municípios, o que reforça a conclusão de que elas de fato constituem uma Localidade.

O principal elemento definidor e que marca a natureza de muitos dos bens inventariados é o Rio São Francisco. Essa constatação óbvia ganha maior sentido quando se percebe os contornos peculiares da relação com o rio nas diversas Localidades. Nas Localidades denominadas de Foz do São Francisco/SE e de Antigo Urubu de Baixo, a maioria dos ofícios e modos de fazer se ligam ao rio, diretamente (a pesca artesanal, a fabricação de canoas) ou indiretamente (a culinária, marcada por ingredientes vindos do rio). Do mesmo modo, diversos lugares e edificações identificados na pesquisa estão intimamente ligados a ele: os pequenos portos, o farol, a praia, a orla. Portanto, a vida cotidiana ainda é marcada pela relação com o rio, embora se perceba, por alguns relatos e pelas visitas ao campo, que essa relação tenha perdido importância nas últimas décadas. No Alto Sertão Sergipano, por outro lado, os ofícios e modos de fazer ligados à pesca têm encontrado limitações pela carência de peixe ao longo do rio São Francisco, que desde a criação da barragem da Usina Hidroelétrica de Xingó, em Canindé do São Francisco, afetou as economias locais que derivavam da atividade. Nessa localidade, ganham destaque ofícios ligados ao que se está chamando de cultura sertaneja, em que a pecuária ganha um peso maior nas atividades econômicas.

Deve-se destacar uma série de outros Ofícios que são desenvolvidos nas Localidades em conexão com mercados consumidores de outras regiões, como a cerâmica em Santana do São Francisco (Foz do São Francisco/SE), o artesanato em palha de ouricuri em Neópolis e Brejo Grande (Foz do São Francisco/SE) e em Propriá (Antigo Urubu de Baixo) ou os doces no Alto Sertão Sergipano.

Quando às Celebrações, as festas católicas ocupam um lugar de destaque. Nas Localidades da Foz do São Francisco/SE e do Antigo Urubu de Baixo, pode-se dizer que tal festa faz parte de uma estrutura das celebrações religiosas da Localidade, que se organiza de um lado pela festa do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e de outro pela festa dos padroeiros das paróquias locais. Na Localidade Alto Sertão Sergipano, a festa do Senhor Bom Jesus dos Navegantes desaparece, mas permanecem as festas de padroeiros ao lado de outras festas devocionais ao longo do ano.

As Formas de Expressão têm apresentado uma dinâmica peculiar. Muitas delas são referenciadas como memória ou como ruína, e segundo os informantes isso seria resultado do desinteresse dos mais novos e da “perda do entusiasmo” com essas manifestações por parte das populações locais. Contudo, ao lado desse processo de desaparecimento, surgiram nos relatos referências à recuperação de algumas manifestações que foram retomadas a partir da iniciativa de algumas pessoas que as vivenciaram na infância. Esse processo, que podemos chamar de retraditionalização, promove a recuperação das formas de expressão não mais como um elemento da vivência cotidiana, e sim como um exercício de memória. Na retomada de algumas formas de expressão sob novas bases, chama a atenção as cobranças para que os poderes públicos apoiem tais manifestações. Nesse caso, deve-se refletir sobre o significado que tais manifestações passam a assumir, com o risco da sua retomada a partir de concepções folclorizantes.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	SE	01	03	12	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

4.1. LOCALIZAÇÃO

O recorte territorial inventariado foi definido pela Superintendência do IPHAN de Sergipe em função da identificação da existência de um rico patrimônio cultural, que é transmitido de geração em geração e peculiar a esse ambiente, em função de sua interação com a natureza e de sua história, que ultrapassa fronteiras geográficas. A Bacia do São Francisco desenvolve uma cultura própria, onde os saberes populares e a tradição promovem o diálogo entre populações ribeirinhas às margens do rio São Francisco. Não obstante, o principal elemento definidor e que marca a natureza de muitos dos bens inventariados é o Rio São Francisco. A delimitação proposta corresponde a todos os municípios sergipanos que margeiam o Rio São Francisco, incluindo os municípios: Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Amparo do São Francisco, Telha, Propriá, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores até Brejo Grande, na foz do Rio. Observa-se que quanto mais próximos da foz do Rio São Francisco menores são os territórios dos municípios da orla, e quanto mais próximos do estado da Bahia maiores suas áreas. Os municípios selecionados encontram-se nas regiões denominadas de Baixo São Francisco Sergipano e de Alto Sertão Sergipano, conforme definição da Secretaria de Estado do Planejamento, do Governo do Estado do Sergipe. (Fonte: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia-de-sergipe.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2012)

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O sítio inventariado compreende os municípios margeados pelo Rio São Francisco no Estado do Sergipe, o que traz implicações diretas no clima e nos biomas da área. Nos municípios à margem do Rio São Francisco, prepondera o bioma formado pela Mata Atlântica. A vegetação é caracterizada pela presença de restinga e vegetação típica de lagoas de água doce. Apresentam inúmeras praias que atraem atividade turística de âmbito local e regional. Não obstante, não há um desenvolvimento pleno de consciência ambiental, resultando em alguns casos de atividade predatória que é evidenciado na presença de resíduos sólidos nas águas e areias. No interior do território, o bioma característico é a caatinga, região que sofre bastante com a seca e algumas áreas são amplamente devastadas pela criação de pastagem para o gado. Alguns povoados sofrem com a falta de água, sendo abastecidos por carros pipa.

Os municípios que se localizam próximo à foz do rio São Francisco são marcados pelo bioma da Mata Atlântica. O município de Brejo Grande, o mais oriental do estado e o único banhado pelo Oceano Atlântico dentre as localidades pesquisadas, também possui muitas formações vegetais típicas de mangues, restingas e de lagoas de água doce. Nele, o canal principal do rio São Francisco mostra uma derivada à direita, quase junto à foz, conhecida como canal do Parapuça. Este canal se estende por quase 30 km através de um manguezal que deságua ao sul da foz principal do rio. Essa segunda foz é bastante móvel, permutando em geral entre a costa em frente ao povoado de Ponta dos Mangues (pertencente ao município vizinho de Pacatuba) e um trecho conhecido como Costinha, mais ao norte, mas ainda a cerca de 10 km da foz principal. Tais variações estão condicionadas às mudanças da linha da costa, as quais são ocasionadas pelo efeito dos ventos, das marés e da força das águas do próprio rio São Francisco. O trecho que engloba os municípios de Ilha das Flores, Neópolis e Santana do São Francisco também possui seções com bioma formado pela Mata Atlântica, porém a vegetação predominante é típica do Cerrado. Ainda são encontradas plantas hidrófilas e manchas de caatinga. Atualmente, as áreas de cerrado estão sendo substituídas por plantações de arroz, cana-de-açúcar e pastagem, o que demonstra certo nível de degradação da paisagem natural e ambiental da região.

Já a área que vai de Propriá a Canhoba, passando por Telha e Amparo do São Francisco (Localidade Antigo Urubu de Baixo), está na transição dos biomas de Mata Atlântica e da Caatinga, apresentando características de ambos. Ainda assim, alguns especialistas asseguram se tratar de vegetação típica de cerrado, a qual é predominante. Nesta região, há muitos problemas com as praias conformadas pelo rio devido ao alto índice de poluição das águas.

Os municípios localizados mais ao norte do estado caracterizam-se pela vegetação de caatinga e pelo clima tropical semi-árido. As temperaturas médias anuais são elevadas variando entre 28 e 45 °C, enquanto que os índices pluviométricos são baixos, com média de 750 mm anuais. A cobertura vegetal é classificada como savana estépica e apresenta bastante diversidade, cujas diferenças se devem à pluviometria, fertilidade e o tipo de solo. Estão compreendidos nessa área os municípios de Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco. O patrimônio ambiental da região, sobretudo da caatinga, encontra-se protegido pelas unidades de conservação ambiental, localizadas em Poço Redondo e Canindé, sendo que neste último há presença de belíssimas formações rochosas formando os cânions. Além disso, existem diversos sítios arqueológicos já identificados. (Fonte: <http://www.ibge.gov.br> / <http://pt.wikipedia.org>. Acessos em: 22 de novembro de 2012)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	SE	01	03	12	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

4.3. MARCOS EDIFICADOS

A área inventariada possui marcos edificadas relevantes presentes em todos os municípios. Em sua maioria, datam dos séculos XIX e início do XX, e relacionam-se à arquitetura religiosa ou residencial.

Os municípios de **Neópolis** e **Propriá** contam com um significativo conjunto residencial erguido nos séculos XVIII e XIX. Em **Neópolis**, essas casas eram construídas com pedras, cal e demais recursos disponíveis na localidade e seguiam tipologias e técnicas de construção vernaculares. Em **Propriá**, o conjunto, apesar de numeroso, encontra-se disperso na cidade. No município de **Gararu** também se deparam algumas casas de taipa, que vêm sendo progressivamente substituídas pelas de alvenaria.

Já a arquitetura religiosa tem como principais representantes: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em **Brejo Grande**, erguida em 1893 por padres jesuítas; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1610) e a Igreja Matriz de Santo Antônio (1679), em **Neópolis**; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, em **Amparo de São Francisco**; a igreja em ruínas encontrada em **Telha**; a Catedral Diocesana e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em **Propriá**; a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Pobres, em **Canhoba**; a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de mesmo nome; a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de **Porto da Folha**, que tem em uma das torres inscrição datada de 1889.

Também são significativos alguns poucos engenhos que mantêm edificações de interesse histórico. Eles foram construídos no século XIX, período em que a atividade econômica predominante era baseada na produção de açúcar a partir da cana. O município de **Brejo Grande** contava com mais de vinte estruturas do tipo, inclusive o primeiro engenho a funcionar a vapor, em 1873, conhecido como Cajuhybe. Entretanto, apenas dois destes (Bandarra, próximo à sede do município, e Capivara) ainda conservam estruturas de valor para o patrimônio.

Em **Gararu**, importante edificação são os currais de pedra, erguidos desde o século XVII e que se encontram propagados por grande extensão territorial. Sua antiguidade é atestada pelo próprio nome primitivo do município, conhecido com “Currais de Pedra”. Urge política de proteção e conscientização quanto à sua importância, já que vêm sendo destruídos pelos locais que retiram as pedras para uso em construções contemporâneas.

Em **Poço Redondo**, a sede não se destacou por seus marcos edificadas. Atenção foi dada ao Povoado de Currallinho, o mais antigo do município, que vem passando por processo acelerado de descaracterização do conjunto paisagístico original, dado o grande número de edificações em estado de ruína e de novas construções. O Povoado de Bonsucesso foi citado como importante local que guarda referências materiais significativas do núcleo urbano do século XIX.

Canindé de São Francisco é a cidade que menos guarda sua memória urbana original, haja vista a destruição da Canindé de Baixo, ou da “Canindé Antiga”, para construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Xingó. Acredita-se ser de crucial importância o trabalho de recuperação dos registros pessoais e materiais da Canindé de Baixo, quiçá pela criação de museu dedicado ao tema e atividades de educação patrimonial e pesquisa desenvolvidas pelas escolas, pois não houve contrapartida da empresa responsável pela Usina Hidroelétrica de Xingó no sentido de preservar essa memória. A este elemento, agrega-se o fato de a maioria dos moradores atuais não ser natural do município, restando poucos idosos que detêm memórias e referências sobre a cidade primitiva.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

5.1. RESUMO

A região ribeirinha sergipana do Baixo São Francisco apresentam um conjunto de elementos comuns em seu processo histórico de ocupação, formação e desenvolvimento. Alguns dos atuais municípios tiveram seu processo de ocupação iniciado ainda no período denominado pré-histórico. Outros contaram como seus primeiros habitantes os indígenas, seguidos dos colonizadores portugueses a partir do século XVI. De todo modo, a região apresenta uma unidade em seu povoamento e desenvolvimento histórico que reforça sua característica de sítio. Além disso, os elementos da formação histórica do sítio que justificam a sua divisão nas três Localidades aqui definidas.

Vestígios arqueológicos indicam que essa região ribeirinha teve ocupação humana há pelo menos nove mil anos, concentrada na área de Canindé do São Francisco (Vergne, 2002). Os relatos da ocupação indígena no momento da chegada dos portugueses à região permitem concluir que os Tapuia haviam sido afastados para o sertão pelos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**SE****01****03****12****F10****01**

Tupinambá, povos que os portugueses efetivamente contactaram. Ao longo dos séculos XVI e XVII, diversos aldeamentos missionários foram organizados dentro do esforço das ordens religiosas de se contrapor à escravidão dos indígenas. Desse modo, no século XVIII havia pelo menos três aldeamentos na Vila Nova Real (atual Neópolis), dois deles conduzidos por padres capuchinos (São Felix, de nação “Caxago”; e S. Pedro, de nação Aramuru) e um deles sob organização carmelita (N. Sra. do Carmo, de nação Boime) (Dantas, Sampaio, Carvalho, 1992). Também são marcantes nas memórias locais a presença de jesuítas nesse processo de aculturação dos povos indígenas originais.

A ocupação portuguesa também foi conduzida por expedições que penetraram o território subindo o rio São Francisco. Em 1534, com a divisão das capitanias hereditárias, o território sergipano integrou-se à Capitania da Bahia de Todos os Santos. Posteriormente, foram distribuídas grandes sesmarias para potentados locais (Freire, 1906), e as histórias dos municípios freqüentemente citam personagens que obtiveram tais concessões da Coroa portuguesa, iniciando assim o povoamento do território.

Sergipe permaneceu como uma comarca dependente da Bahia até a independência brasileira. Engenhos de açúcar começaram a ser construídos desde o final do século XVI, mas foi no século XVII que um volume significativo de açúcar passou a ser produzido na região. Durante o século XVIII, como importante área açucareira, tornou-se o segundo maior núcleo econômico da capitania baiana. A região canavieira concentrava-se na porção sul da comarca, enquanto ao norte, nas proximidades do rio São Francisco, destacavam-se a pecuária, a agricultura de subsistência e a produção de algodão e farinha de mandioca. O século XIX parece ter sido uma época de relativa prosperidade para a província, apesar dos altos e baixos do açúcar nos mercados internacionais. Entretanto, a ausência de condições portuárias favoráveis e a relativa proximidade da importante praça de Salvador impediram que se constituísse uma economia independente. A produção açucareira expandiu-se, e os engenhos alcançaram as várias regiões da província, inclusive o sertão do São Francisco. Articuladas ao setor açucareiro, desenvolveram-se diversas atividades de abastecimento, como a pecuária, a produção de farinha de mandioca e o cultivo de alimentos (Almeida, 1984, 1993; Mott, 1986; Nunes, 1989; Passos Subrinho, 2000).

Ao longo do século XIX, a população da província passou de 160.470 habitantes em 1834 para 176.650 em 1872, com um crescimento de apenas 0,25% ao ano. Esse pequeno crescimento refletia a incapacidade de adquirir um dinamismo próprio. Entre os escravos, o crescimento foi negativo: -1,97% ao ano. Com isto, sua população cativa declinou de cerca de 30% da população total na década de 1830 para 12% em 1872 (Botelho, 1998).

A distribuição por sexos mostra uma população livre que passou de uma situação em que os homens predominavam em 1834 (razão de sexo de 101) para outra em que as mulheres eram a maioria (razão de sexo de 94 em 1872). Entre os escravos ocorreu a mesma transformação, com a razão de sexo passando de 118 em 1834 para 92 em 1872. Esse amplo predomínio das cativas era inédito no Brasil em uma área que ainda era agro-exportadora. Provavelmente o Sergipe estava sofrendo de forma intensa os efeitos do tráfico interno de escravos, que se seguiu ao fim do tráfico transatlântico em 1850. Em relação à sua composição por cor, os sergipanos eram em sua maioria pardos e pretos, embora a sua parcela branca tenha aumentado ao longo do século: passou de 18,7% em 1834 para 28,2% em 1872 (Botelho, 1998).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Sergipe ocorreu em uma conjuntura de crescimento da produção açucareira e da economia regional. Por outro lado, estudos mostram que as terras não estavam monopolizadas pelos proprietários de engenhos. Pelo contrário, havia uma parcela significativa da população rural que conseguia acesso à terra, sobretudo aquelas inadequadas à produção de cana-de-açúcar nas regiões de solo mais fraco e clima mais rigoroso, como é o caso do vale do rio São Francisco. Sendo assim, o período pós-abolição foi de imensas dificuldades para a economia sergipana (sobretudo para o setor açucareiro). Apesar das dificuldades, houve um esforço de modernização que se traduziu em investimentos na agroindústria açucareira, na expansão do cultivo de algodão e na construção de fábricas de tecidos. A expansão da agricultura de subsistência com crescente grau de comercialização impulsionou o mercado interno, permitindo uma diversificação da economia. A partir da década de 1930, porém, esses esforços modernizantes começaram a se esgotar, com o estado entrando em certa letargia econômica (Passos Subrinho, 2000).

O crescimento da população reflete essas mudanças econômicas. A população em 1890 alcançou o total de 310.926 habitantes, elevando-se a 356.264 em 1900, 477.064 em 1920 e 542.326 em 1940. Em termos de crescimento anual, ele vai de 1,36% a.a. entre 1890 e 1900 para 1,46% a.a. entre 1900 e 1920 e declina para 0,645 a.a. entre 1920 e 1940. A percepção de uma perda de dinamismo demográfico (que refletiria o esgotamento econômico relatado acima) é reforçada pelo comportamento da razão de sexos, que é sempre inferior a 100 (ou seja, há um predomínio de mulheres), mas vai declinando ainda mais ao longo da primeira metade do século XX: passa de 94 em 1890 para 97 em 1900, 92 em 1920 e 91 em 1940 (IBGE, 1952, p. 1). O predomínio feminino só pode ser explicado pela emigração, ou seja, pela saída de homens para outros estados em busca de melhores condições de vida numa conjuntura marcada pelo forte crescimento econômico do centro-sul do país.

A partir da década de 1940, a população voltou a crescer significativamente. Entre os censos de 1940 e 1950, esse

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO				SE	01	03	12	F10	01
-------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

crescimento foi de 1,72% a.a.. De acordo com o censo de 1960, o crescimento anual do decênio anterior foi de 1,54% a.a., mas no censo de 1970 o crescimento já havia chegado a 1,73% a.a.. A década de 1970, medida pelo censo de 1980, conheceu um crescimento anual de 2,43%, enquanto na década de 1980 (segundo o censo de 1991) ele chegou a 2,44% a.a.. Nas décadas seguintes, esse crescimento declinou, talvez já refletindo a queda da fecundidade que vinha ocorrendo desde os anos de 1970. Assim, na década de 1990 o crescimento foi de 1,99% a.a. (conforme o censo de 2000), enquanto na década de 2000 ele ficou em 1,47% a.a. (censo de 2010).

Durante todo o período, a razão de sexos continuou a mostrar o forte predomínio feminino, mas houve uma diminuição da diferença entre homens e mulheres. Assim, se em 1950 a razão de sexos era de 91 e nos censos de 1960 e 1970 ela ficou em 93, nos censos de 1980, 1991 e 2000 ela chegou a 96 e em 2010 ela foi de 95. Esse é um provável reflexo da diminuição das migrações internas no Brasil, sobretudo dos fluxos que iam do Nordeste para o Sudeste ao longo das décadas anteriores. Nesse período, o estado sofreu os efeitos da modernização vivida pela sociedade brasileira. Num primeiro momento, ele perdeu população (sobretudo masculina) para o centro-sul e norte do país, e isso perdurou até os anos 1970. Em seguida, essa perda parece diminuir, mostrando uma maior capacidade de reter sua população nos limites no próprio estado.

Para a região que estamos analisando, esse é o momento de implantação de grandes projetos públicos. Os perímetros irrigados, os grandes projetos agropecuários e, sobretudo, a Usina Hidroelétrica de Xingó provocaram fortes mudanças na região, e podem ter contribuído, ao lado das mudanças macroeconômicas brasileiras, para fixar a população nos seus lugares de origem.

Uma referência importante a destacar é o histórico da formação dos municípios no sítio. O primeiro município a se instalar foi a Vila Nova de Santo Antônio (1679), depois denominada de Vila Nova Del Rei (1733) e finalmente Neópolis (1940). O município de Propriá foi criado em 1800, em território que pertencia à Vila Nova Del Rei. A vila de Porto da Folha, por sua vez, foi criada em 1864 com território que pertencia à vila de Propriá. Do território do município de Porto da Folha originaram-se os municípios de Gararu (1877), Canindé do São Francisco (1938) e Poço Redondo (1953). Do território que permaneceu no município de Propriá após a emancipação de Porto da Folha, foram criados os municípios de Canhoba (1937), Amparo do São Francisco (1953) e Telha (1964); e em 1963 o município de Nossa Senhora de Lourdes emancipou-se do de Canhoba. Finalmente, o território remanescente do município de Neópolis (após a emancipação de Propriá e Porto da Folha) foi desmembrado nos municípios de Brejo Grande (1926), Ilha das Flores (1959) e Santana do São Francisco (1985). Esse processo de emancipação dos municípios reforça a divisão de Localidades, pois o território do município de Neópolis que permaneceu após a emancipação de Propriá e Porto da Folha corresponde à Localidade Foz do São Francisco/SE, enquanto o antigo município de Propriá corresponde à Localidade Antigo Urubu de Baixo e o antigo município de Porto da Folha corresponde à Localidade Alto Sertão Sergipano.

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1534	A ilha de Paraúna passa dos domínios da Capitania de Pernambuco à Capitania da Bahia através de Carta Régia.
1590	A ilha é doada ao conquistador português Cristóvão de Barros.
1600	Ocupação dos Jesuítas na região do Baixo São Francisco.
1612	Data provável da fundação da Igreja Nossa Senhora do Rosário (Neópolis).
1679	Criação do município de Vila Nova de Santo Antônio (atual Neópolis). Construção da Igreja Matriz de Santo Antônio.
1683	A Coroa portuguesa exige que sejam construídas casa de Câmara, cadeia, pelourinho e trinta moradias para doação das terras ao donatário Antônio Brito Castro.
1689	Já com 200 moradores a Carta Régia descobre o descumprimento do acordo e retoma as terras e funda a Vila Real do São Francisco.
1718	Distrito criado com a denominação de Própria.
1733	Povoação elevada oficialmente à categoria de vila com a denominação de Vila Nova Del Rei.
1800-1802	Elevado à categoria de vila com a denominação de Própria, em 1800.
1813	Desaba a Igreja Matriz de Santo Antônio (Neópolis).
1817	A freguesia de Vila Nova Del Rei (atual Neópolis) perde quatro quintos do seu território para a criação da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, hoje Propriá.
1821	O povoado de São Pedro do Porto da Folha é desmembrada da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo (atual Propriá) tendo como sede a Ilha de São Pedro.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO		SE	01	03	12	F10	01
-------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

1826	Intensificação da povoação com a chegada de imigrantes cearenses, alagoanos e pernambucanos.
1826	Fundação do povoado de Brejo Grande, pertencente à Vila Nova Del Rei (atual Neópolis).
1826	Chegada dos missionários jesuítas a Cajuípe de Cima, atual Brejo Grande, região próxima a atual Ilha das Flores e formação do arraial de Boa Vista, logo denominado Ilha dos Bois.
1832	Cria-se o distrito de Porto da Folha.
1835	Lei provincial cria a comarca de Vila Nova do Rio São Francisco (atual Neópolis).
1857	Transferência da comarca para Propriá.
1857	Construção da capela em louvor a “Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos”, transformada em sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto da Folha.
1859	Visita do imperador D. Pedro II a Vila Nova (atual Neópolis) e início da reconstrução da Igreja Matriz de Santo Antônio.
1864	Criação do município da Vila de São Pedro do Porto da Folha.
1896	Elevação de Porto da Folha à condição de cidade.
1866	Elevado de Própria à condição de cidade, pela Resolução Provincial nº 755, de 21-02-1866. Origem do conjunto histórico da cidade: Igrejas, casario, praças etc.
1873	Começa a funcionar o engenho Cajuhybe, primeiro engenho a vapor da Província de Sergipe.
1875	Desmembramento da povoação de Curral de Pedras, erigida em sede da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos, da de Nossa Senhora da Conceição da Ilha do Ouro.
1876	Modifica-se o nome de Curral de Pedras para Gararu.
1877	Cria-se o município de Gararu, com a localidade elevada à categoria de Vila, desmembrado do território de Ilha do Ouro, atual Porto da Folha.
1907	Construção da Igreja Matriz de Santana do São Francisco.
1910	Vila Nova (atual Neópolis) é elevada à categoria de cidade, através da lei estadual nº 583, com a mesma designação, sendo seu primeiro prefeito Antônio Ataíde.
1926	Criação do município de Brejo Grande, desmembrando-se de Vila Nova, através do Decreto 926 de 02 de outubro, sendo denominado São Francisco.
Década de 1930	Presença do cangaço no município de Poço Redondo.
1937	Criação do município de Canhoba, pelo decreto-lei estadual nº 17, de 23-01-1937, desmembrado de Própria, Aquidabã e Gararu. Constituído do distrito sede. Instalado em 23-12-1937.
1940	Designação do município de Neópolis.
1940	Primeira Festa de Bom Jesus dos Navegantes no município de Propriá.
1953	Criação do município de Poço Redondo.
1953	Criação do município de Canindé desmembrado do de Porto da Folha.
1953	Criação do município de Amparo, pela lei estadual nº 525-A, de 25-11-1953, desmembrado de Própria.
1954	Pela lei estadual nº 554, de 06-02-1954, o município de Amparo passou a denominar-se Amparo de São Francisco.
1954	Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora de Lourdes, pela lei estadual nº 554, de 06-02-1954, subordinado do município de Canhoba.
1959	Criação do município de Ilha das Flores, através do Decreto 916 de 30 de janeiro, passando à denominação atual.
1959	Conclusão da reconstrução da Igreja Matriz de Santo Antônio, em Neópolis, iniciada um século antes.
1963	Criação do município de Nossa Senhora de Lourdes, pela lei estadual nº 103-A, de 13-05-1963, desmembrado de Canhoba.
1964	Criação do município e distrito de Telha, pela lei estadual nº 1248, de 20-01-1964, desmembrado de Propriá.
1970	Instalação da Codevasf no povoado Carrapicho (atual município de Santana do São Francisco) com o objetivo de apoiar a região do Baixo São Francisco.
Década de 1980	Construção da hidrelétrica do Xingó, e destruição da cidade original às margens do São Francisco, a Canindé de Baixo.
1987	Transferência da população da Canindé de Baixo para a nova Canindé.
1989	Criação o município de Santana do São Francisco, com sede no povoado Carrapicho, desmembrado do município de Neópolis.
1990	Implantação do Projeto de Irrigação Platô de Neópolis.
2010	Reconhecimento da comunidade quilombola Brejão dos Negros, em Brejo Grande.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	SE	01	03	12	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

6.1. POPULAÇÃO

De acordo com o censo de 2010, o sítio Baixo São Francisco sergipano reunia uma população de 179.628 habitantes. Sua população cresceu a um ritmo de 0,56% ao ano entre o censo de 1991 e a contagem de população de 1996, teve um incremento anual de 3,39% ao ano entre 1996 e o censo de 2000, e cresceu 0,96% ao ano entre 2000 e o censo de 2010. Esse crescimento mais acelerado pode ser atribuído aos grandes projetos implementados na região, como a Usina Hidroelétrica de Xingó e os perímetros públicos irrigados. Entretanto, isso não foi suficiente para reverter uma perda de importância no quadro global da população do Estado. Se em 1991 ela respondia por 9,3% da população do Estado, em 2000 esse percentual caiu para 9,1% e em 2010 correspondia a 8,7% da população do Estado.

Os domicílios recenseados em 2010 apresentavam uma média de 3,72 moradores, com variações relativamente pequenas entre os diversos municípios (máxima de 3,96 em Poço Redondo e mínima de 3,34 em Amparo do São Francisco. No mesmo censo, a média de todo o Estado do Sergipe ficou em 3,50 moradores por domicílios.

A população urbana correspondia a 51,23% do total de habitantes, enquanto na zona rural viviam 48,77% dos habitantes. Mas essa média encobre uma grande variação entre os municípios, já que alguns apresentavam uma alta taxa de urbanização, como Amparo do São Francisco e Própria (mais de 80% da população no meio urbano), enquanto outros eram fortemente rurais, como Gararu e Poço Redondo (menos de 30% de população urbana). Para comparação, registre-se que no mesmo censo de 2010 o Estado do Sergipe apresentou 73,5% da sua população morando no meio urbano.

Em relação à declaração de cor no censo de 2010, entre 55% e 70% das populações municipais declararam-se pardos, com a região como um todo apresentando 63,81% da sua população como parda. Os brancos variaram de 21% (Neópolis) a 37,52% (Porto da Folha), com a média da região em 27,97%. A variação dos que se declararam negro variou ainda mais, indo de 2,25% em Canindé do São Francisco a 12,72% em Brejo Grande, com uma média da região de 6,8%. Os índios, por sua vez, variaram de 1,38% da população de Porto da Folha até sua total ausência em Amparo do São Francisco. Na média, eles responderam por 0,33% da população da região. Registre-se que 1,27% dos habitantes da região se declararam como amarelos.

Na população total, os homens representaram 50,27% dos habitantes em 2010, com uma razão de sexos de 101. Em uma população sem maiores impactos migratórios, esse índice fica entre 96 (significando 96 homens para cada 100 mulheres) e 102 (significando 102 homens para cada 100 mulheres). Levando-se em consideração esse parâmetro, deve-se destacar que os municípios de Brejo Grande, Canhoba, Gararu, Poço Redondo e Porto da Folha apresentaram razões de sexo maiores que 102, um predomínio de homens que pode refletir uma provável imigração masculina. Por outro lado, o município de Própria foi o único que apresentou predomínio feminino, evidenciando uma possível perda de homens na sua população.

Quanto à distribuição da população por idade, chama a atenção a forte presença de crianças, adolescentes e jovens (faixa etária inferior a 25 anos) que juntos correspondem a mais de 50% dos habitantes da região. Levando-se em consideração que a população brasileira vem conhecendo uma diminuição nessa faixa etária, isso evidencia que a queda da fecundidade ainda não alcançou os níveis do Brasil como um todo.

Em relação à pobreza, a região apresenta 55,2% de seus domicílios abaixo da linha de pobreza. Esse percentual varia desde 66% em Brejo Grande até 42% em Telha, mas de modo geral evidencia uma população empobrecida. Quando se observa os índices de Gini (que medem a distribuição de pobreza numa escala de 0 a 1), os municípios da região oscilam entre 0,38 e 0,44. Esses valores são muito inferiores ao do Brasil como um todo, que é de 0,54. Entretanto, isso evidencia muito mais que a pobreza da região implica em uma distribuição mais igualitária dos rendimentos, sem extremos de riqueza que possam evidenciar uma concentração de renda.

(Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 22 de outubro de 2012).

6.2. QUALIDADE DE VIDA

Os municípios do Sítio apresentam situações variadas quanto a alguns indicadores de qualidade de vida. Em relação ao saneamento básico, os indicadores extraídos do censo de 2010 variam desde menos de 1% de unidades domésticas atendidas adequadamente, como ocorre em Brejo Grande, até 71% de unidades domésticas atendidas, como é o caso de Própria. De modo geral, os municípios situados a montante do rio tendiam a ter melhores indicadores nesse quesito. Por outro lado, a rede de abastecimento de água cobria um maior número de domicílios nos municípios

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**SE****01****03****12****F10****01**

a jusante do rio, de modo que os municípios de Propriá, Telha, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Amparo do São Francisco, Santana do São Francisco e Ilha das Flores tinham uma cobertura superior a 80%. Os municípios de Canindé do São Francisco, Gararu, Poço Redondo e Porto da Folha, por sua vez, alcançavam uma cobertura de menos de 80%, o que pode ser explicado pela maior extensão territorial de seus municípios e pelo fato de ficarem em uma região com menor pluviosidade. As exceções a esse quadro geral foram Brejo Grande e Neópolis, com cobertura inferior a 80%.

Outro indicador interessante para averiguar a qualidade de vida refere-se à presença de banheiros nos domicílios. O censo de 2010 encontrou mais de 80% dos domicílios com esse equipamento em quase todos os municípios (a única exceção foi Gararu, com incidência de 77,8%. Os maiores índices foram encontrados em Telha e Propriá, com mais de 95% de incidência.

Quanto ao abastecimento de energia, o censo de 2010 indica que todos os municípios alcançavam mais de 90% de cobertura. Os menores índices eram observados em Ilha das Flores e Brejo Grande, com cerca de 92% de cobertura, enquanto em Propriá 99,22% dos domicílios eram atendidos com rede elétrica.

Ainda segundo o censo de 2010, o lixo domiciliar era destinado ao serviço de limpeza dos municípios em índices muito variados. As melhores coberturas foram encontradas em Propriá e Telha (mais de 95% dos domicílios atendidos pela limpeza urbana), enquanto os piores indicadores foram encontrados em Gararu (39%) e Canhoba (46%).

Outro indicador indireto de qualidade de vida é a mortalidade infantil. Medida pela incidência de mortalidade sobre as crianças com menos de um ano, esse é um bom indicador de qualidade de vida já que é muito sensível aos investimentos públicos de saúde. Apresentando os dados da mortalidade infantil em municípios de Sergipe entre os anos de 2000 e 2005, Santos et al. (2010) evidenciam como os municípios do Sítio apresentaram alguns dos piores índices do Estado. Para o ano de 2000, os piores indicadores estavam em Canindé do São Francisco, Gararu, Canhoba, Neópolis e Brejo Grande, com mais de 40 mortos pro mil crianças nascidas vivas. Em 2005, todos os municípios assistiram à queda dos índices de mortalidade infantil, mas Canhoba e Gararu permaneceram com valores elevados.

De modo geral, pode-se dizer que os piores indicadores de qualidade de vida encontram-se nos municípios do Alto Sertão Sergipano e em alguns dos que se encontram próximos à foz do São Francisco.

(Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 22 de outubro de 2012).

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

O rendimento mensal domiciliar per capita nominal em 2010 variou entre R\$177,00 (Poço Redondo) e R\$360,00 (Propriá). Para o Estado do Sergipe como um todo, esse valor foi de R\$453,00, o que evidencia o fato dessa região conter alguns dos municípios mais pobres do Estado. Comparando-se o rendimento do trabalhador urbano e rural, verifica-se que de modo geral os trabalhadores rurais ganhavam menos de 80% do que recebiam os trabalhadores urbanos. Em alguns casos, esse valores desciam a cerca da metade, como acontecia em Ilha das Flores (54%) e Propriá (48%). Tendo em vista o fato de que muitas desses municípios ainda tinham um grande percentual de população rural, essa diferenciação salarial implica em concentração da pobreza no meio rural.

A distribuição do rendimento também era muito desigual, a despeito dos índices de Gini abaixo da média nacional. Assim, em quase todos os municípios, entre 5% e 12% dos entrevistados pelo censo em 2010 declararam não ter renda nos diversos municípios da região (exceto em Amparo do São Francisco, onde apenas 1,5% declararam-se sem renda). Entre 35% e 55% dos entrevistados declararam receber até um salário mínimo, enquanto entre 25% e 35% declararam receber entre um e dois salários mínimos. No outro extremo da escala de rendimentos, em nenhum dos municípios houve mais do que 0,5% de entrevistados que declararam receber mais de 20 salários mínimos. Esses dados reforçam a conclusão de que se trata de uma das regiões mais pobres do Estado, em que a pobreza de todos encobre a permanência da desigualdade social.

Além desses indicadores gerais, podemos verificar desigualdades de renda que reproduzem a lógica do Brasil em geral. As mulheres possuíam rendimentos que, em média, ficavam entre 85% e 75% do rendimento dos homens. Em alguns municípios, essa diferença era ainda maior, como foi o caso de Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Nossa Senhora de Lourdes. As diferenças raciais ou de cor da pele também ficam explícitas na análise do rendimento declarado ao censo de 2010. Os pardos recebiam entre 75% e 85% do rendimento dos brancos, e apenas nos municípios de essa diferença recuava para mais de 90%. Quanto aos pretos, as diferenças eram mais variadas, indo desde 64% do rendimento dos brancos em Canhoba até o caso de Poço Redondo em que os rendimentos dos pretos eram superiores aos dos brancos. De modo geral, todavia, os pretos recebiam em torno de 80% do rendimento dos brancos. (Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 22 de outubro de 2012)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**SE****01****03****12****F10****01****6.4. EDUCAÇÃO**

Segundo o censo de 2010, verifica-se que no âmbito da educação 80% da população era alfabetizada nos municípios do sítio. No entanto, esse percentual variava bastante, indo do máximo de 86% em Propriá ao mínimo de 76% em Poço Redondo. Não havia grandes diferenças na taxa de alfabetização de homens e mulheres, embora os primeiros apresentassem ligeira vantagem. Destaca-se ainda que havia uma taxa de alfabetização levemente superior da população da zona urbana em comparação com a da zona rural.

Deve-se ressaltar que, ao estratificar esta taxa em grupos de idade, observa-se que quanto mais velha a população, maior a taxa de analfabetismo; fenômeno que é observado em todo o Brasil. Assim, o grupo entre 15 e 24 anos respondia por no máximo 12,5% da parcela da população que não sabia ler nem escrever (em Brejo Grande); entre 25 e 39 anos, essa máxima ia para 32% (em Canindé do São Francisco); entre 40 e 59 anos, ela chegava a 41% (Amparo do São Francisco); e para a população acima de 60 anos esta taxa correspondia a 31%. Levando-se em consideração que o número absoluto da população decresce nas faixas etárias mais elevadas, isso implica em taxas crescentes de analfabetismo. Para a população acima de 60 anos, por exemplo, ela chegava a cerca de 70% em alguns municípios (notadamente Brejo Grande, Telha e Canindé do São Francisco e Poço Redondo).

(Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 22 de outubro de 2012).

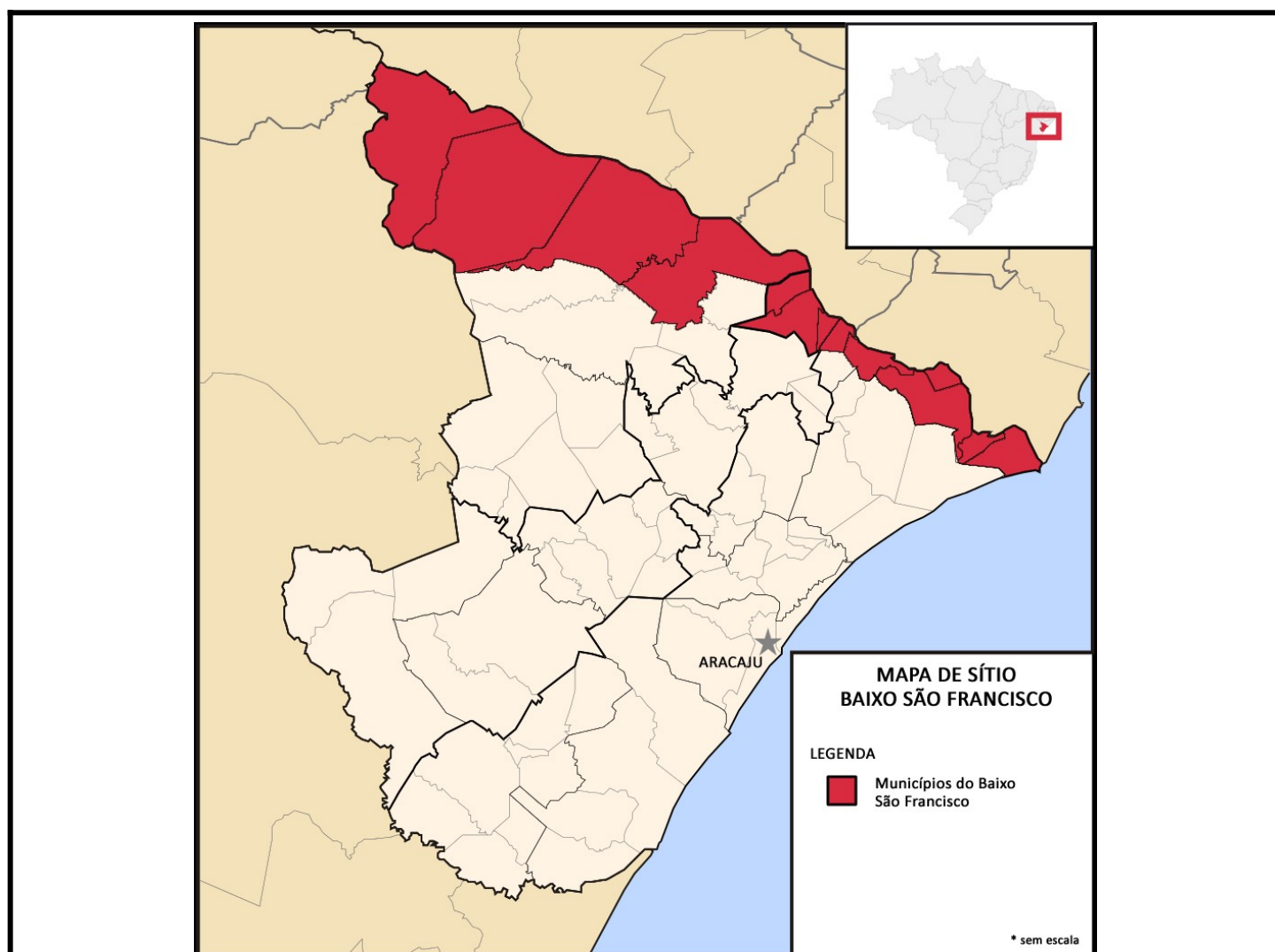
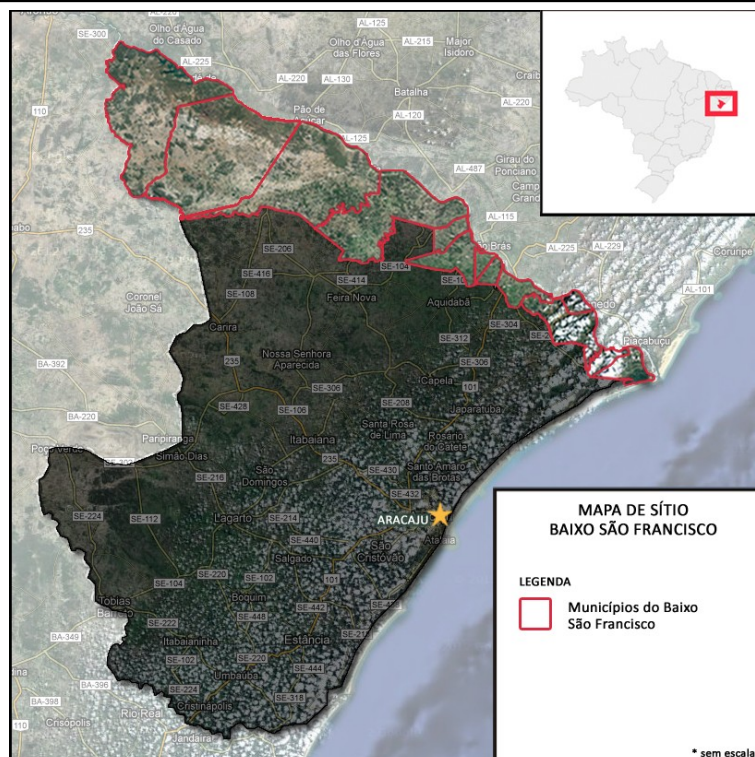
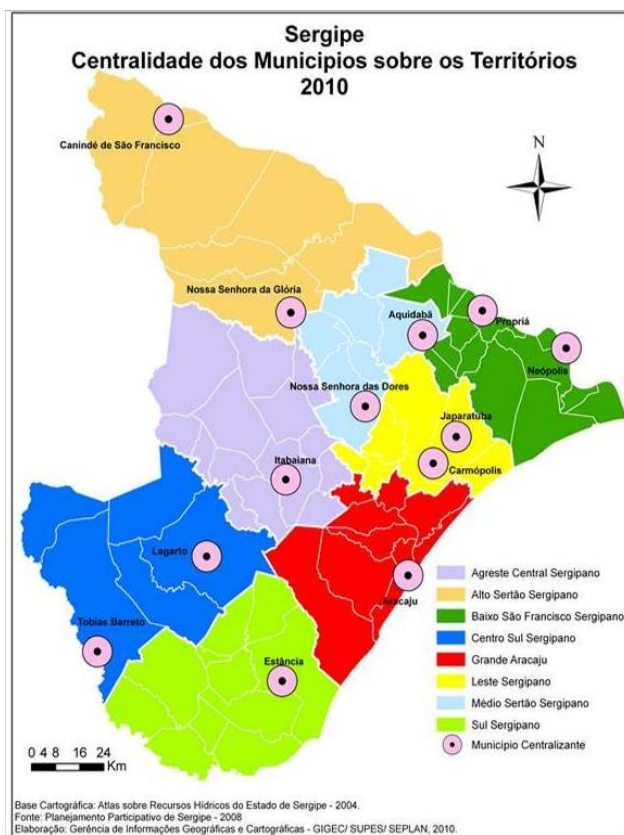
7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Figura 01: Mapa do Estado de Sergipe com a divisão política dos seus municípios e identificação do Sítio Baixo São Francisco sergipano.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sergipe_MesoMicroMunicip.svg

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO
SE
01
03
12
F10
01

Figura 02: Fotografia aérea do Sítio Baixo São Francisco sergipano.

Fonte: Google Earth, 2013


Figura 03: Localização dos municípios que se caracterizam como centralidades no estado de Sergipe. Destacam-se Neópolis, Propriá e Canindé do São Francisco na área em estudo.

Fonte: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia-de-sergipe.html>

Figura 0: Mapa de Pólos Turístico do Estado de Sergipe, em 2011.

Fonte: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia-de-sergipe.html>

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

SE

01

03

12

F10

01

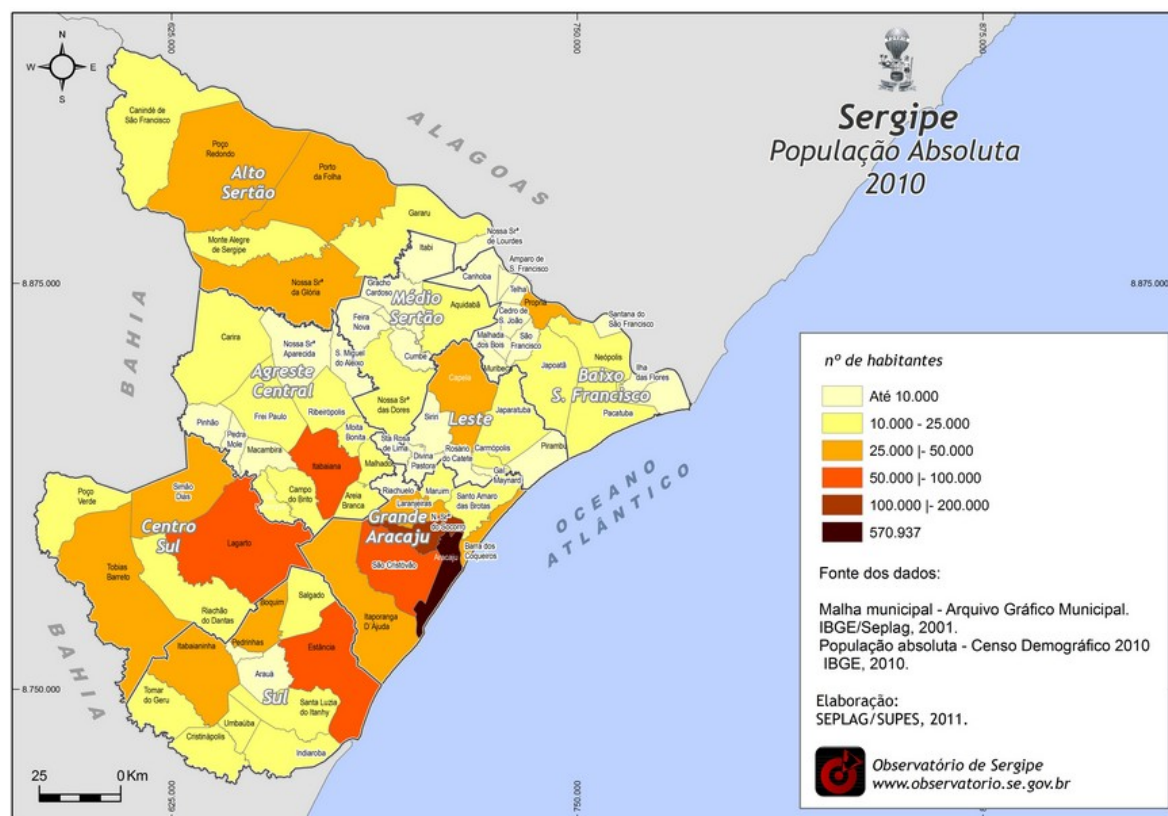


Figura 05: Mapa de Sergipe com a indicação do número de habitantes por município.

Fonte: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia-de-sergipe.html>

Figura 03: Mapa da Bacia Amazônica. Fonte – Wikipédia em <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Bcamazonica.jpg>.

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Não existem políticas públicas de proteção ambiental e patrimonial e planejamento urbano. Em nenhum dos municípios pesquisados há qualquer legislação municipal de proteção ao patrimônio histórico e cultural.

No entanto, no município de **Porto da Folha**, na Ilha de São Pedro, há um bem tombado em âmbito Estadual – a Igreja de São Pedro. Também neste município há um Ponto de Cultura, e em **Poço Redondo** existem três deles. **Porto da Folha** e **Canindé** têm Secretaria Municipal de Cultura, sendo que neste último município existe há apenas três anos. Em **Gararu** e **Poço Redondo**, as atividades do setor cultural funcionam respectivamente na Secretaria Municipal de Turismo e na Secretaria Municipal de Educação.

Todos os municípios da Localidade Alto Sertão Sergipano (**Canindé de São Francisco**, **Gararu**, **Poço Redondo** e **Porto da Folha**) possuem Planos Diretores, sendo que o de **Canindé** encontra-se em processo de elaboração. A área ambiental tem mostrado avanços em relação à área cultural, com a presença de três unidades de conservação ambiental, duas em **Canindé** e uma dividida entre os territórios deste município e de **Poço Redondo**. São eles: Parque Municipal Natural Lagoa do Frio (**Canindé**); a Unidade de Conservação Federal “Cânion de São Francisco” (**Canindé**); e Unidade de Conservação Estadual Monumento Natural do Grotto do Angico (**Canindé** e **Poço Redondo**). Em **Porto da Folha**, há uma reserva indígena, a Ilha de São Pedro, e o Quilombo do Mocambo, ambos com o processo de demarcação de terra já concluídos. Em **Poço Redondo** há a Comunidade Quilombola Serra da Guia, reconhecida pela Fundação Palmares, e que aguarda processo final demarcação de terra que será concluído com decreto presidencial.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	SE	01	03	12	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Os municípios não possuem legislação específica voltada para o seu patrimônio cultural e ambiental, fato que dificulta a valorização e a preservação dos seus bens que fazem parte destes dois “universos”. Nota-se também que muitos são desprovidos de plano diretor ou de algum planejamento urbano, instrumento de fundamental importância para promoção do desenvolvimento local em conjunto com o meio ambiente e com respeito à diversidade cultural que faz parte do seu contexto social.

A legislação específica voltada para o setor do patrimônio cultural também é inexistente em todas as localidades. A riqueza das expressões culturais da região na sua versão “imaterial” – assim caracterizado por distinção metodológica – não corresponde em nível qualitativo ao existente de bens de natureza material, sobretudo na categoria bens imóveis, já que muito pouco se preservou dos núcleos urbanos originais. Enxerga-se possibilidade de os órgãos públicos estaduais e federais com políticas já amadurecidas nesse sentido formarem e acompanharem de modo mais próximo esses municípios, com o desenvolvimento de políticas públicas para o fomento do setor cultural e patrimonial de modo sistêmico, ou seja, nas suas versões materiais e imateriais. Para tanto, cursos de formação, assim como a existência de editais e de assessorias técnicas ofertadas por tais agências e direcionados para órgãos públicos e iniciativas privadas em âmbito local, são de fundamental importância para que os conhecimentos e recursos circulados nos grandes centros alcancem tais regiões. Acresce-se a isso a importância de tais políticas públicas atuarem se adaptando e inserindo ao existente que se apresentam como pontos nevrálgicos do setor cultural e da vida local, a exemplo dos Pontos de Cultura de Poço Redondo e do grupo teatral Oiteros de Gararu.

9.2. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que os municípios definam e delimitem suas zonas de expansão urbana, no intuito de preservar o meio ambiente e suas comunidades ribeirinhas. Além disto, funcionarão como instrumento de planejamento e gestão para os municípios, traçando diretrizes para o seu desenvolvimento local de forma ordenada e objetiva. É importante também, que sejam definidos zonas de prioridade ambiental, cultural e histórica.

É importante que os municípios estabeleçam políticas de incentivo e fomento ao setor cultural de modo mais sistemático. O apoio das prefeituras às manifestações culturais acontece de maneira muito pontual, com a doação de fogos, flores ou coisas do gênero, sobretudo nas celebrações religiosas. Inserir as formas de expressão na programação das festas sociais promovidas pelo poder público local seria forma de reconhecimento, valorização e visibilidade a tais manifestações. A elaboração e implantação de projetos e ações voltados para educação patrimonial e ambiental seriam também de grande valia para os municípios, associados à produção de pesquisas e inventários relacionados com o patrimônio cultural e ambiental, informações essas essenciais no processo de compreensão dos valores e significados atribuídos pela população à suas práticas sociais. Em relação aos ofícios acompanhados de produtos comercializáveis, deve-se investir na criação de parcerias para ampliação de mercado, de forma a conceber o reconhecimento do patrimônio cultural associado à possibilidade de emancipação e desenvolvimento das populações e localidades.

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Para lista dos documentos localizados, consultar o **Anexo 1: Bibliografia**.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	SE010112F1104 – Foz do São Francisco/SE
	SE010212F1107 – Antigo Urubu de Baixo
	SE010312F1110 – Alto Sertão Sergipano
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	SE01--12F1-02
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	SE01--12F1-03

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	SE	01	03	12	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	SE010112F1-05 – Foz do São Francisco/SE SE010212F1-08 – Antigo Urubu de Baixo SE010312F1-11 – Alto Sertão Sergipano
ANEXO 4: CONTATOS	SE010112F1-06 – Foz do São Francisco/SE SE010212F1-09 – Antigo Urubu de Baixo SE010312F1-12 – Alto Sertão Sergipano
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	Não se aplica à primeira fase do INRC

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Eder Claudio Malta Souza. Elza Guimarães Andrade. Carlos Eduardo Frankiw Andrade. Maria Cecília de Alvarenga Carvalho. Alexandre Borim.		
SUPERVISOR	Tarcísio Rodrigues Botelho.		
REDATOR	Eder Claudio Malta Souza. Elza Guimarães Andrade. Carlos Eduardo Frankiw Andrade. Maria Cecília de Alvarenga Carvalho.	DATA Dezembro de 2012	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Tarcísio Rodrigues Botelho (coordenação). Alexandre Borim (co-coordenação).		